



ESTADO DA PARAÍBA
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
"Gabinete do Deputado Adriano Galdino"

PROJETO DE LEI Nº 2994 , DE 2024

Acrescenta o art. 3º-A à Lei Estadual nº 12.713,
de 29 de junho de 2023.

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DA PARAÍBA RESOLVE:

Art. 1º A Lei Estadual nº 12.713, de 29 de junho de 2023, passa a vigorar acrescida do seguinte art. 3º-A:

"Art. 3º-A. Não será exigido EIA/RIMA nos casos de obras para construção de barragens localizadas no bioma caatinga, com bacia hidráulica de até 400 (quatrocentos) hectares, desde que decretada utilidade pública e demonstrado o interesse social, devendo, todavia, ser apresentado Relatório Ambiental Simplificado - RAS perante o órgão ambiental licenciador.

Parágrafo único. A exigência prevista no inciso I do art. 3º desta Lei não se aplica para fins do disposto neste artigo. "

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICATIVA

O projeto de Lei Ordinária ora apresentado tem como objetivo promover o desenvolvimento sustentável do bioma Caatinga em decorrência das vulnerabilidades regionais e socioambientais que estão presentes nesta região, fazendo cumprir, dessa forma, o art. 3º, III, da Constituição Federal, e protegendo a dignidade da pessoa humana, que constitui um dos fundamentos da República Federativa do Brasil, nos termos do art. 1º, III, também da Constituição. Assim sendo, acerca da matéria legislativa em apreço, faz-se necessário demonstrar a sua viabilidade jurídica e sua adequação social.

De acordo com o 3º, III, da Constituição Federal, constitui um dos objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais. Este dispositivo repercute também na Constituição do nosso Estado, mais especificamente no art. 2º, cujos incisos demonstram objetivos que têm como fundamento o desenvolvimento regional, senão vejamos:

Art. 2º São objetivos prioritários do Estado:

I - garantia da efetividade dos direitos subjetivos públicos do indivíduo e dos interesses da coletividade;



ESTADO DA PARAÍBA
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
“Gabinete do Deputado Adriano Galdino”

IV - regionalização das ações administrativas, em busca do equilíbrio no desenvolvimento das coletividades;

VIII - assistência aos Municípios;

IX - preservação dos interesses gerais, coletivos ou difusos;

XV - desenvolvimento econômico e social, harmônico e integrado;

XX - planejamento e controle da qualidade do desenvolvimento urbano e rural;

XXI - erradicar a pobreza e reduzir as desigualdades sociais e regionais.

Nesse sentido, não resta dúvida quanto ao respeito à constitucionalidade, legalidade e juridicidade da matéria.

Conforme Estudo de Saneamento Rural¹:

A região é marcada por duas secas anuais. Primeiramente, ocorre um longo período de estiagem, seguido pela ocorrência de chuvas intermitentes. O segundo período de secas é mais curto, podendo ou não ser seguido por chuvas torrenciais. [...] Por conta da seca, a produção é, por vezes, intermitente e nem sempre suficiente para prover o sustento das famílias. Ademais, devido à falta de mananciais superficiais, a captação de água para consumo humano costuma incluir o uso de poços e água de chuva. O abastecimento de água por múltiplas fontes é recorrente e geralmente engloba a separação entre a água de melhor qualidade, para beber e cozinhar (podendo ser de chuva), e de pior qualidade, frequentemente salobra, para os demais usos. Os sistemas de abastecimento são muitas vezes divididos entre várias comunidades e rodízios são constantes, em decorrência da baixa disponibilidade hídrica, principalmente em períodos de seca. A população é forçada a armazenar água enquanto há disponibilidade – o que modifica sua rotina – e buscar outras soluções em situação de falta, como poços rasos e açudes, muitas vezes distantes, exigindo carregamento manual, e com qualidade comprometida. Há também fornecimento por caminhões pipa das prefeituras e do exército. O uso de filtros de barro pelas famílias é comum e a desinfecção, quando existe, é feita por meio de produtos derivados de cloro, por vezes de maneira esporádica ou incorreta. O uso de descarga hídrica, nas casas que possuem banheiros, muitas vezes é inviabilizado pela falta d'água ou por não ser culturalmente aceito, devido ao contexto de escassez hídrica.

Trata-se, portanto, de uma questão também de saúde pública que repercute na vida de diversas famílias e que merece atenção das autoridades, as quais têm o dever de empregar esforços na garantia dos interesses e necessidades da população local.

¹ Estudo: Saneamento Rural, acesso no sítio eletrônico: <<https://infosanbas.org.br/estudos/saneamento-rural/caatinga/>>, em 30/09/2024.



ESTADO DA PARAÍBA
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
“Gabinete do Deputado Adriano Galdino”

Diante do que foi demonstrado anteriormente, verifica-se a urgência na execução de ações voltadas ao desenvolvimento regional das áreas impactadas pelas secas características do bioma Caatinga, matéria esta que carece de legislação específica que promova a justiça socioambiental.

Nesse interim, a proposta de alteração da Lei Estadual nº 12.713/2023 tem como objetivo garantir e ampliar o acesso da população do bioma Caatinga a recursos hídricos sob uma perspectiva voltada para a qualidade de vida das comunidades locais e que tenha o objetivo de equilibrar o desenvolvimento econômico, a preservação dos recursos naturais e os interesses sociais, recrudescendo o desenvolvimento sustentável.

Neste norte, a proposta legislativa ora apresentada possui relevante interesse público e largo alcance social, ultrapassando o olhar ambiental e atingindo a dignidade da pessoa humana, com vistas a promover o desenvolvimento sustentável em seu sentido mais amplo.

Diante do exposto, submeto a presente proposição para aprovação.

Sala das Sessões, em 14 de outubro de 2024.

DEP. ADRIANO GALDINO
Dep. Estadual